



O Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia – CODES SISAL: limites e possibilidades do desenvolvimento territorial

Solange Lima da Silva ¹

Alicia Ruiz Olalde ²

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar o processo de gestão social no Território do Sisal, Estado da Bahia, trazendo para o cerne da discussão o papel desempenhado pelo Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia – CODES SISAL, fundado em dezembro de 2002, a partir da articulação e mobilização de atores sociais e públicos com a finalidade de promover transformações institucionais e socioeconômicas que contribuíssem para o desenvolvimento sustentável. Procura identificar em que medida o processo de gestão social liderado pelo Conselho tem contribuído para a implementação de políticas públicas participativas visando à inserção social. Para tanto, vivenciamos o cotidiano do Conselho com a participação em oficinas, reuniões e seminários e utilizamos como instrumento de levantamento de dados a entrevista semi-estruturada e a coleta de dados a partir de documentos institucionais. Frente à relevância do CODES SISAL para uma região

Recebimento: 11/4/2009 • Aceite: 22/12/2009

¹ Pedagoga, mestranda em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional – Universidade do Estado da Bahia. Campus V. End: Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Rua Silveira Martins, 2555, Cabula. Salvador-BA. CEP: 41.195.001. End: E-mail: sol_lima@yahoo.com.br

² Doutora em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas. Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

castigada pelas condições climáticas, que enfrenta um histórico de ações governamentais que não proporcionaram avanços na qualidade de vida da população, concluímos que desempenha um papel de fundamental importância na organização dos atores sociais para a superação dos obstáculos à promoção do desenvolvimento, contudo enfrenta diversos problemas e desafios. O êxito a ser alcançado pelo CODES SISAL depende muito do grau de participação das entidades/instituições, tanto do movimento social, quanto do poder público, e da legitimidade que conseguir frente a sociedade como um todo. Para tanto, é necessário aos integrantes a conscientização do seu papel e compromisso no desencadeamento do processo participativo.

Palavras-chave: Gestão Social. Desenvolvimento Territorial. Políticas Públicas

The regional council for sustainable rural development of the sisal region of Bahia - codes sisal: limits and possibilities of regional development

Abstract

This article has as objective analyses the process of social management in the Territory of Sisal, State of Bahia, bringing for the discussion the part carried out by Regional Council of Maintainable Rural Development of the Sisaleira Region of the State of Bahia – CODES SISAL, founded in December of 2002, starting from the articulation and mobilization of social and public actors with the purpose of promoting institutional, social and economical transformations that contributed to the maintainable development. The research looked for identify in what measure the social management of the Council has contributed for implementation of public politics of participation seeking to social insertion. For that we lived the daily of Council with the participation in workshops, reunions and seminars and utilize as instrument of rising of data the semi-structured interview and the collection of data starting from institutional documents. Front to relevance of CODES SISAL for a region punished by the climatic conditions, that confronts a historical of governmental actions that they

did not provide advancement in life's quality of the population, we concluded that it carries out a part of fundamental importance in the organization of social actors for the overcoming of obstacles to the promotion of development, however it faces several problems and challenges. The result to be reached by CODES SISAL depends a lot of the degree of participation of the entities/institutions, so much of the social movement as the public power, and of legitimacy that it gets front the society at all. For that, it is necessary to the members the conscientiousness of their part and obligation in the execution of the process of participation.

Keywords: Social Management. Territorial Development. Public Politics.

Introdução

A proposta do artigo é analisar as novas institucionalidades no Território do Sisal, Estado da Bahia, no contexto, da política de desenvolvimento rural, com enfoque territorial, proposta pelo Governo Lula a partir de 2003, cuja intenção é estimular o funcionamento de instituições, constituídas com o papel de realizar a proposição e gestão de políticas públicas, principalmente, voltadas para o campo e para a agricultura familiar. Nesta discussão apresentamos a experiência do **Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia – CODES SISAL**, fundado em dezembro de 2002, a partir da articulação e mobilização de atores sociais e poderes públicos locais, com a finalidade de promover transformações institucionais e econômicas que contribuíssem para o desenvolvimento sustentável.

O CODES SISAL, a partir de 2003, passa a receber o apoio financeiro e técnico da Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT, do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, através do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - PRONAT. Este Programa prevê o aporte de recursos voltados ao fortalecimento de Colegiados Territoriais, neste caso o CODES SISAL, visando o processo de planejamento e gestão do desenvolvimento rural e sustentável, através da elaboração e implementação de um Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS.

Na Região Sisaleira do Estado da Bahia, mais precisamente em 20 (vinte) municípios³ identificados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT como o *Território do Sisal*, apesar do convívio com as dificuldades, ainda presentes, no meio rural brasileiro, ampliado pelo descaso político e pelas práticas assistencialistas, que, efetivamente, não apontam para perspectivas de desenvolvimento, consolida-se essa Instância de Gestão, formada por representantes de entidades da sociedade civil organizada e instituições públicas que buscam a transformação social.

Segundo Abramovay (2003, p.86), “as estruturas sociais podem ser vistas como recursos, como um ativo de capital que os indivíduos podem dispor”, formado no processo histórico, capaz de mobilizar indivíduos e instituições, o CODES SISAL é fruto deste impulso que

³ Araci, Barrocas, Biringinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente.

tenta transformar o Território de receptor de ações governamentais, para ator principal do processo de elaboração, implementação, execução e avaliação políticas públicas.

Importa reconhecer, que apenas capacidade organizativa tem uma ação limitada para reduzir a pobreza, já que outros requisitos são necessários, como por exemplo, reformas estruturais que proporcionem a democratização do acesso à terra e a criação de mecanismos para a geração de emprego e renda, mas é um passo importante na busca de relações mais igualitárias. Levantamos a discussão sobre a importância da gestão social para criar as condições para a inserção social.

A idéia é fortalecer a participação dos atores sociais, com a criação de um ambiente de descentralização política e administrativa, reforçando-se os processos de empoderamento⁴ com a intenção do resgate do poder de decisão pelos grupos sociais desfavorecidos e valorizar ações que estimulem a diversidade de atores sociais nos processos de elaboração, planejamento, implementação e gestão do desenvolvimento, considerando as dimensões de gênero, etnia, geração e raça.

No Território do Sisal, o CODES SISAL já existia desempenhando este papel e passa a ser apoiado pela a SDT, tendo atuação importante na busca da promoção do desenvolvimento sustentável, articulando ações na melhoria das condições de vida e na execução de políticas públicas objetivando o atendimento às necessidades do contexto social, assume, então, o papel de responsável pela coordenação e gestão social do desenvolvimento territorial.

O nosso objetivo é analisar a contribuição do CODES SISAL para a implementação de políticas públicas territoriais, por entender ser de suma importância a participação popular na definição dos rumos do desenvolvimento. Apresentamos a trajetória do Conselho, sua implantação e funcionamento, assim como os resultados do encadeamento das suas ações.

No primeiro momento discutiremos os pressupostos da abordagem territorial do desenvolvimento e no segundo momento apresentamos os resultados de uma pesquisa campo realizada no ambiente do CODES SISAL que aponta as dificuldades de implantação

⁴ Empoderamento do inglês empowerment; representa o processo de tomada de consciência de uma pessoa, de sua cidadania, seus direitos e deveres, seu papel na construção de sua própria vida e da comunidade. Significa passar a ser protagonista, ter consciência de seu papel, ter voz ativa, ser sujeito da história (ZAPATA et al. 2007).

do enfoque territorial, seus avanços e importância para a promoção do desenvolvimento sustentável.

A abordagem territorial do desenvolvimento

O interesse e a discussão acerca do conceito de território se acentuam a partir dos anos 50 e 60, despertando o olhar de várias disciplinas como a geografia e outras ciências sociais. Há o enriquecimento do tema com abordagens que enfatizam os aspectos econômicos, entendendo o território a partir das relações sociais de produção e de forças produtivas, as dinâmicas sócio-culturais e políticas, a identidade, os conflitos sociais, as relações de poder. Superando o conceito de região que aparece como “um recorte espacial com determinadas características naturais (físicas) e humanas” (SAQUET, 2007, p.38), o território é investigado a partir de uma dinâmica própria de interação e articulação de seus componentes.

As análises atuais compreendem o território a partir da apropriação de determinado espaço e as territorialidades enquanto ações, face vivida, domínio do território, sentimento de pertença, relações sociais, espaço de atuação, daí a importância da compreensão destes processos para o entendimento da lógica da globalização que gera desigualdades e relações de poder que privilegiam o poderio econômico, diante do desafio do desenvolvimento para a superação dessas adversidades. Portanto, fundamental, é o entendimento de como se dão estas relações para a construção de novas territorialidades, já que a gestão de territórios gera conflitos e fragmentações.

Segundo Haesbaert (2007), é imprescindível trabalhar com o território numa interação entre múltiplas dimensões, em consequência da necessidade de se discutir as questões de controle, do ordenamento e da gestão do espaço, já que os territórios não se restringem, à figura do Estado, e hoje, mais do que nunca, precisam incluir o papel gestor das grandes corporações industriais, comerciais, de serviços e financeiras. Ressalta que o território define-se, antes de tudo, com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) em que está mergulhado, relações estas que são sempre, também, relações de poder. O caráter relacional é considerado não apenas no sentido de incorporar um conjunto de relações sociais, mas também de envolver uma relação complexa entre processos sociais e espaço material, ele não significa simplesmente enraizamento, estabilidade, limite e/ou fronteira, inclui, também, o movimento, a fluidez, as conexões.

A gestão do território é um desafio para a conquista do bem estar social, preocupação elencada por Haesbaert (2007), uma vez que

o Estado por si só já não consegue dar conta da complexidade da realidade social, principalmente, no caso do Brasil, em que o grau de desigualdade é muito significativo. Gestores públicos e a intelectualidade apontam a necessidade da aliança de diversos setores da sociedade, em ação coletiva, para a discussão e busca de solução para os problemas sociais, compreendendo-se não apenas problemas pontuais, setoriais, mas a dinâmica territorial. Porém, uma preocupação se evidencia, como se gerenciar os conflitos de interesse e relações de poder neste processo, o que Haesbaert chama de desterritorialização, promovida pela precarização socioespacial ou processo de exclusão, como afirma

[...] desterritorialização, portanto, antes de significar desmaterialização, dissolução das distâncias, deslocalização de firmas ou debilitação dos controles fronteiriços, é um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão socioespacial. Da mesma forma cada momento histórico tem os seus próprios elementos estruturadores de uma experiência, se não total, como nas sociedades holistas, pelo menos integral ou coesa do espaço, ora de caráter concreto, ora mais simbólico, cada contexto tem também os seus próprios agentes básicos de desterritorialização. Na sociedade contemporânea, com toda a sua diversidade, não resta dúvida de que o processo de exclusão, ou melhor, precarização socioespacial, promovido por um sistema econômico altamente concentrador é o principal responsável pela desterritorialização (HAESBAERT, 2007, p.68).

Santos (2002) chama a atenção para novos recortes territoriais construídos a partir da globalização, produtos de relações e fluxos de âmbito global, resultado da nova construção do espaço e no novo funcionamento do território, o que denomina de horizontalidades e verticalidades

As horizontalidades serão os domínios das contigüidades, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais. [...] O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede. São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalizações diferentes, quiçá divergentes ou opostas. Esse acontecer simultâneo, tornado possível graças aos milagres da ciência, cria novas solidariedades: a possibilidade de um acontecer solidário,

malgrado todas as formas de diferença, entre pessoas, entre lugares, se apresenta sob três formas: acontecer homólogo é aquele das áreas de produção agrícola ou urbana que se modernizam mediante uma informação especializada e levam os comportamentos a uma racionalidade presidida por essa mesma informação que cria uma similitude de atividades, gerando contigüidades funcionais que dão os contornos da área assim definida. O acontecer complementar é aquele das relações entre cidade e campo e das relações entre cidades, consequência igualmente de necessidades modernas da produção e do intercâmbio geograficamente próximo. O acontecer hierárquico é um dos resultados da tendência à racionalização das atividades e se faz sob um comando, uma organização, que tendem a ser concentrados e nos obrigam a pensar na produção de um sentido, impresso à vida dos homens e à vida do espaço (SANTOS, 2002, p.16).

Essas relações são contraditórias, pois mesmo que se tenha um processo de imposição de fora, que a tudo tenta comandar, com a força de organismos internacionais e governos das principais potências mundiais que interferem nas economias de países dependentes economicamente, exigindo determinadas condutas, há também relações compartilhadas, relações de solidariedades, informações compartilhadas, que precisam ser exploradas, ampliadas, constituindo-se em possibilidade de resistência da sociedade. O território pode ser considerado como espaço de dimensões diversas, que evidencia identidade, afirmação dos indivíduos.

Para Tonneau e Cunha (2005), o território é produto do entrelaçamento de projetos individuais e coletivos, em que se instituem processos de identificação e de negociação dos interesses comuns e conflitantes, espaço em que se confrontam diferentes poderes e estratégias de gestão, falar em território não implica democracia, nem mesmo desenvolvimento, têm-se territórios de não-desenvolvimento, territórios de fome e de miséria, com relações arcaicas de dominação marcadas pelo clientelismo e aponta a situação do semi-árido brasileiro, em que o problema maior consiste em mudar as relações de poder, inserir os excluídos e fazer com que as populações gerenciem seu próprio destino.

Silva e Silva (2006) apontam que o território deve ser entendido como uma síntese de quatro características,

- a) o território expressa, em um determinado momento, um complexo e dinâmico conjunto de relações socioeconômicas, culturais e políticas, historicamente, desenvolvidas e

contextualmente espacializadas, incluindo sua perspectiva ambiental;

b) em função das diferentes formas de combinação temporal e espacial das relações acima citadas, os territórios apresentam grande diversidade, com fortes características identitárias e isto envolvendo diferentes escalas;

c) os territórios assim identificados possuem conflitos de interesse, mas tendem, potencialmente, a apresentar laços de coesão e solidariedade também estimulados e dinamizados pelo crescimento das competitivas relações entre diferentes unidades territoriais no contexto da globalização;

d) assim, em termos dinâmicos, os territórios tendem a valorizar suas vantagens (e possibilidades) comparativas através, e isto é relativamente recente, de formas organizacionais sociais, institucionalmente territorializadas, capazes de promover uma inserção competitiva e bem sucedida nas novas e dinâmicas relações socioeconômicas, culturais e políticas de nossos tempos, em uma escala global (SILVA e SILVA, 2006, p. 162)

A grande problemática que se apresenta é como no ordenamento territorial captar toda a complexidade e múltiplas dimensões presentes no território para a promoção do desenvolvimento, superando o economicismo, dando visibilidade ao rural, evidenciando toda uma problemática de desigualdades próprias do sistema capitalista, superando os conflitos sociais e relações de poder.

No ímpeto de um maior poder de decisão e deliberação da população é que se fala em desenvolvimento territorial, tratando-se de uma estratégia dos atores sociais de determinado território na busca pela construção de um projeto de desenvolvimento que tenha como base o endógeno e as potencialidades locais. Buscar a identificação de suas demandas, a integração de dimensões sociais, culturais, ambientais e político-institucionais, operacionalizar ações em que o território seja pensado como unidade de planejamento, este é o desafio.

O desenvolvimento territorial vem ganhando visibilidade mundialmente e integrando diversos projetos de desenvolvimento de base local. Zapata et al. (2007) conceituam o desenvolvimento territorial como um processo intencional dos atores, das pessoas de um determinado território, para, a partir de seus ativos, de suas potencialidades e vocações, construir um projeto de desenvolvimento com mais participação social, mais equidade e mais sustentabilidade.

No contexto brasileiro, Carrière e Cazella (2003) afirmam que nesse processo os municípios rurais e os atores ligados à agricultura familiar e à luta pela reforma agrária foram, respectivamente, os espaços e os protagonistas que melhor se apropriam e passam a reivindicar do Estado as condições necessárias à implementação de um estilo de desenvolvimento ascendente e ancorado nas forças vivas do território.

Nesta perspectiva, a estratégia de promoção do desenvolvimento territorial em condições de subdesenvolvimento, como é o caso do Brasil, necessita da atuação do Estado, enquanto elemento indutor desse processo, porém esta atuação é necessária, mas não suficiente. Cabe destacar que existem desigualdades na capacidade organizativa dos atores sociais, é evidente que algumas áreas necessitarão de um agente externo para induzir a organização e incitar a busca de soluções coletivas para os seus problemas. Para Pecqueur (2005), a existência de um Estado presente e ativo é uma necessidade para permitir a ação descentralizada e diz mais

Precisa, portanto, designar paralelamente ao desenvolvimento das instâncias locais, uma missão do Estado que permita assegurar pelo menos três funções: a redistribuição, a mediação e a coordenação. A **redistribuição** se justifica, entre outros, porque todos os territórios não estão igualmente dotados; a **mediação** aplicar-se-á ao mesmo tempo às instâncias internacionais, às coletividades locais e aos atores locais; finalmente, a **coordenação** deve ser vertical – proveniente das coletividades territoriais – e horizontais, entre projetos e entre atores do território (PECQUEUR, 2005, p.19).

Tonneau e Cunha (2005) fazem um alerta no sentido de que, o conceito de desenvolvimento territorial não é uma panacéia, um remédio milagroso para todos os males do país e, particularmente, do semi-árido. Até o momento, este conceito sugere práticas promissoras, inovadoras, desafiadoras, mas confronta-se com muitos entraves estruturais – sendo, o mais grave deles, a enorme desigualdade que caracteriza nossa sociedade, em seus mais diferentes aspectos, pelo que há o risco de o discurso não conseguir se concretizar em mudanças efetivas nas relações entre poder público e sociedade civil. O projeto do desenvolvimento territorial sustentável depende de parcerias verdadeiras, não poderá ser desencadeado unicamente pelo desejo do governo federal.

É um grande desafio induzir processos de protagonismo dos atores sociais, enquanto estratégia de superação da pobreza e indução do desenvolvimento a partir das potencialidades locais, principalmente, em áreas com maior nível de exclusão social. Através da parceria entre Estado e sociedade civil procura-se, então, discutir o desenvolvimento com base em necessidades endógenas, com a criação de conselhos e fóruns de debates, mas o processo de transformação social requer muito mais que apenas um ambiente de discussão, tornar-se imprescindível a modificação de condutas individuais e institucionais o que demanda tempo e a substituição de valores.

Abramovay (2001) aponta que apesar de seus limites, enquanto precariedade de participação social e submissão aos poderes locais dominantes, os conselhos criam condições para um potencial transformador, uma vez que abrem espaços de discussão que expõem a problemática da verticalização das políticas públicas e oportuniza a reflexão acerca das especificidades locais e debates sobre o uso dos recursos públicos, oportunizando uma inovação institucional.

Nesta perspectiva, que analisamos o papel do CODES SISAL que se apresenta como alternativa de participação articulada entre o poder público e a sociedade civil objetivando o controle social sobre as ações previstas em um plano territorial.

O Conselho de Desenvolvimento rural sustentável da região Sisaleira do Estado da Bahia – Codes Sisal Histórico

O Território do Sisal está localizado em pleno semi-árido da Bahia, é caracterizado pelo clima seco, irregularidades na distribuição de chuvas e pela vegetação de caatinga. A economia basicamente compõe-se da pecuária de pequeno porte, pela agricultura de subsistência, cultivando-se em escala comercial o sisal (fibra vegetal utilizada na fabricação de tapetes, cordas e artesanato). A agricultura reveste-se de importância social por ocupar a grande maioria da força de trabalho, formada por agricultores e agricultoras familiares.

Esse Território, como a maioria dos territórios rurais brasileiros, é marcado pela concentração de terras, pela pobreza e miséria dos seus habitantes, pela falta de políticas públicas que atendam às necessidades de educação, saúde e geração de renda. O clientelismo, ainda, é marcante. Os serviços públicos são percebidos como “favores” a serem pagos através do voto. O meio rural é o que

mais sofre pela ineficácia das políticas públicas, persistindo, portanto, a condição de miséria do seu povo.

O histórico de luta pela sobrevivência e por tentativas de superar a pobreza através da ação e organização dos trabalhadores desencadeou no final da década de noventa uma preocupação das entidades do movimento social, lideradas pelo Movimento de Organização Comunitária (MOC), Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares da Região do Sisal e Semi-Árido da Bahia (FATRES) e Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB), no sentido da articulação conjunta para a promoção do desenvolvimento com princípios sustentáveis e com atenção às características rurais da região, buscando, inclusive, a parceria de atores públicos.

Em 2002, essa preocupação culminou na criação do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia – CODES SISAL, com personalidade jurídica de associação civil, sem fins lucrativos, de caráter privado, e por iniciativa dos atores sociais.

A criação do Conselho efetivou-se após uma série de reuniões com entidades que já se articulavam regionalmente surgindo a proposição da junção com o poder público com a finalidade da integração de programas e projetos numa perspectiva territorial. Iniciou-se o debate a respeito da criação de um ambiente político que pudesse encaminhar demandas que visassem ampliar aquelas ações referenciais já desenvolvidas por algumas organizações com a finalidade de atingir um amplo número de famílias de agricultores/as familiares. Outro objetivo era ampliar a integração com os gestores públicos, considerados como ausentes nos debates e nas ações de tentativas de promoção de um desenvolvimento sustentável (CODES SISAL, 2007).

A definição dos municípios participantes do Conselho deu-se por um processo natural e como já existia na região uma identidade que se manifestava através da participação de entidades/instituições em oficinas, seminários e eventos diversos, que discutiam os problemas sociais da Região do Sisal e tinham uma luta reivindicatória, no sentido de melhoria das condições dos trabalhadores e trabalhadoras do sisal, já estava meio que consolidada a articulação dos municípios que necessitavam apenas ser representados por uma instância. Nas primeiras discussões estavam envolvidos quinze municípios. No dia da fundação confirmaram a participação onze e nas assembléias consecutivas foram validados novos municípios.

A fundação do Conselho foi concretizada em 2002, com a aprovação do Estatuto Social, transcorrida após uma trajetória de empecilhos que foram surgindo. Primeiramente, foi o processo de convencimento dos atores públicos, principalmente a representação de prefeituras, que até então não tinham nenhuma experiência de articulação com o intuito de promoção do desenvolvimento sustentável. Posteriormente, teve o enfrentamento da burocracia para se definir junto ao Cartório de Registro qual seria a forma de enquadramento da sua legalização, se entidade ou não, optando em março do mesmo ano pelo registro enquanto Conselho Regional.

A composição inicial foi formada por representantes de 11 (onze) Prefeituras Municipais e igual número de entidades representativas da Agricultura Familiar (entre sindicatos, cooperativas e associações). Além desses dois segmentos, participaram deste processo inicial de fundação o Movimento de Organização Comunitária – MOC e a Igreja Católica, categorizadas como entidades de apoio, totalizando vinte e quatro membros.

Em 2003 há um impulso nas suas atividades com a criação da SDT e o aproveitamento do CODES SISAL enquanto entidade de caráter articulador, configurando-se enquanto Conselho Territorial, possibilitando a discussão de políticas de infra-estrutura e serviços. O apoio vindo da SDT, no caso do Território do Sisal, obedecia a alguns critérios como o baixo IDH dos municípios, a condição de pobreza e a concentração de agricultores familiares. Os recursos da Secretaria possibilitaram a realização de várias oficinas com a finalidade de construção do PTDRS, decidindo-se quais as áreas prioritárias para o investimento público no Território, ficando definido que as ações, primeiramente, deveriam ser nas cadeias produtivas e em projetos de agregação de valor aos produtos da agricultura familiar.

A possibilidade de criação de um consórcio institucionalizado pelo governo federal que pudesse levar adiante uma luta conjunta e fazer com que as políticas passassem pelo crivo da sociedade civil e do poder público impulsionou e motivou a participação inicial, uma vez que já se tinha experiência no território de investimentos isolados e não debatidos que não surtiram efeitos em termos de geração de renda e melhorias socioeconômicas e ambientais, porque ficaram restritos as ações setoriais.

O apoio para o desenvolvimento das ações do CODES SISAL e os recursos da Secretaria de Desenvolvimento Territorial criou certa euforia nos movimentos sociais na região, todos vislumbravam a possibilidade de ver concretizado o sonho de constituição de um plano

de desenvolvimento para o Território a partir da base, com a possibilidade de enfrentamento dos problemas comuns, mas a tensão logo se instalou já nas primeiras reuniões, a lógica era atrair recursos para o seu município. A competitividade teve um caráter positivo, pois estimulou a participação e impulsionou as discussões.

A participação é voluntária e não-remunerada, as despesas com viagens são de responsabilidade dos conselheiros e de suas entidades, o Conselho arca apenas com despesas de alimentação e hospedagem caso sejam necessárias e nos eventos de sua promoção. O acompanhamento das atividades do CODES SISAL demanda disponibilidade de tempo e dedicação para cumprir agendas, o que muitas vezes estimula a substituições da representação ao longo do processo o que dificulta o acompanhamento das decisões e atividades, segundo depoimento “cria-se um ambiente pulverizado, disperso, com rotatividade grande, onde as pessoas não acompanham as discussões” (representante de organização da sociedade civil).

A sua estrutura é composta por uma Assembléia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Secretaria Executiva. A sede do Conselho localiza-se na cidade de Valente/BA na Rua Pedro Manoel da Cunha, 61, centro, espaço cedido pela Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais da Região do Sisal – FATRES. O Conselho tem previsto a construção da sede própria com recursos do PROINF tendo como proponente do projeto a prefeitura de Valente que efetuou a doação do terreno como contrapartida e está executando a obra.

O Estatuto do Conselho determina que a possibilidade de entrada de novas entidades encontra-se na dependência de aprovação pela Assembléia Geral, devendo obedecer ao critério de proporcionalidade, a cada novo membro representante do poder público, deverá haver um novo sócio que represente os agricultores familiares e outro que represente as organizações de apoio.

O CODES SISAL dispõe de um Conselho de Administração que é um órgão deliberativo formado por três representantes indicados pelas prefeituras, três representantes indicados pelas organizações representativas dos agricultores familiares, dois representantes de instituições de apoio e pela Secretaria Executiva, todos indicados e eleitos pela Assembléia Geral. Integra a sua estrutura um presidente, que obrigatoriamente tem que ser um membro nato, eleito para um mandato de dois anos, podendo ser reeleito por mais uma gestão consecutiva e um vice-presidente. Os encontros são realizados mensalmente para deliberações e, caso seja necessário, há a convocação de outros.

O Conselho fiscal é o órgão de fiscalização constituído por três representantes eleitos entre os representantes das entidades filiadas, com mandato de dois anos, eleitos após a apreciação das contas do mandato anterior, sendo permitida a reeleição por uma vez em mandato consecutivo.

A Secretaria Executiva é o setor de articulação, integração e execução das ações propostas pelo CODES, constituída por um secretário/a nomeado e indicado para o mandato de dois anos pela a assembléia geral, sendo permitida a reeleição em mandatos consecutivos ou alternados, com o critério de pertencer ao quadro funcional ou diretivo das instituições filiadas. Este cargo recebe remuneração e é permitida a contratação de um funcionário/a. Constituem-se os recursos financeiros: a cota de contribuição das instituições filiadas, fixadas e aprovadas pela Assembléia Geral; auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais; as doações e legados, a geração de rendas, inclusive resultantes de depósitos e aplicações de capital.

A composição atual do CODES SISAL conta com a participação formal de representantes de 20 (vinte) prefeituras municipais, mais 20 (vinte) representantes de entidades da sociedade civil, na sua maioria de representação da Agricultura Familiar, e 15 (quinze) entidades de apoio governamentais e não-governamentais.

O CODES SISAL tem por finalidade democratizar as instituições públicas, aumentar a eficiência e a eficácia das políticas e fomentar a realização de parcerias e co-responsabilidades entre o Estado e a sociedade civil, propicia a gestão social oportunizando o diálogo, a negociação e a aprendizagem coletiva, para um processo de estabelecimento de acordos e de compromissos coletivos para a transformação da realidade.

Segundo o PTDRS a missão do CODES SISAL é

Contribuir para o desenvolvimento integral, participativo e ecologicamente sustentável do Território Sisal, priorizando o fortalecimento da cidadania, a erradicação da exclusão social e a melhoria da qualidade de vida, através da articulação dos sujeitos e das políticas públicas e apoiando e incentivando ações e projetos referenciais (CODES SISAL, 2007, p. 15).

E objetivos aqui resumidos:

- Planejar, adotar e executar ações, programas e projetos destinados a promover e acelerar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Território do Sisal;
- Promover programas ou medidas destinadas à recuperação, conservação e preservação do meio ambiente no Território;
- Promover a integração das ações, programas e projetos desenvolvidos pelos órgãos não governamentais e empresas privadas consorciadas ou não, destinadas à recuperação e preservação ambiental da região compreendida no Território do Sisal;
- Planejar e apoiar o desenvolvimento rural centrado na Agricultura Familiar;
- Promover a melhoria da qualidade de vida da população residente nos Municípios formadores do Conselho;
- Apoiar o funcionamento dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Para o cumprimento de sua missão e objetivos, o enfrentamento das dificuldades é pauta principal de reivindicação do Conselho. Nas reuniões de monitoramento e avaliação há a preocupação de sensibilizar os participantes para a superação dos obstáculos por acreditar ser essa instância fundamental, espaço que abre voz para a população pensar o futuro do Território e buscar meios de materialização.

Outro desafio é sensibilizar o poder político local, para a importância desse espaço e superar a concepção de adversário, já que o Conselho acaba questionando as práticas políticas tradicionais. Os representantes políticos muitas vezes participam não por comungarem do ideal comunitário, por achar que um ente local compartilhado entre sociedade civil e poder público seja a forma mais eficiente de se chegar ao interesse coletivo, mas porque o visualizam como uma nova fonte de recursos e investimentos.

Os gestores municipais têm certa resistência em apoiar iniciativas do movimento social, por que aí se consolida uma disputa por poder, lideranças comunitárias são potenciais concorrentes e ameaçam a estrutura dominante. O fortalecimento das organizações sociais se traduz em um processo que contraria relações de poder, desafia tradições estabelecidas e poderes seculares que fundamentam a política local.

A grande dificuldade encontrada e confirmada por diversos conselheiros das entidades da sociedade civil foi o entendimento pelos municípios de que os recursos eram escassos e que pulverizados não conseguiam atingir aos objetivos esperados, sendo necessário o

enfoque em uma cadeia produtiva para potencializar os seus resultados.

A elevada expectativa e otimismo por parte da sociedade organizada, inicialmente propiciaram uma grande mobilização e elevada participação em reuniões e discussões para a estruturação do Conselho, porém com o decorrer do tempo as avaliações demonstravam concepções mais realistas de que materializar ações e operacionalizá-las não era tão fácil como o esperado e a tendência foi de certo esvaziamento das convocações.

O CODES SISAL vem tendo atuação importante na busca da promoção do desenvolvimento sustentável, reunindo organizações civis, governos municipais, estadual e federal, entidades representativas da agricultura familiar e entidades de apoio – todos, atores envolvidos na melhoria das condições de vida e na execução de políticas públicas que atendam às necessidades do contexto social em que estão inseridos. Além de assumir o papel de responsável pela coordenação e gestão social do desenvolvimento territorial, promovendo o planejamento participativo a partir de objetivos traçados que denotam a preocupação com a melhoria de vida do meio rural e o fortalecimento da agricultura familiar.

A articulação e promoção da participação de atores sociais numa escala territorial entre o Estado e o município não deixa de apresentar dificuldades, apesar do reconhecimento de que cada vez mais é necessária a presença da comunidade na formulação, detalhamento e implementação de políticas públicas. O CODES SISAL se apresenta enquanto esforço de construção institucional de caráter permanente, mas com grandes desafios.

Gestão de Desenvolvimento

A gestão do desenvolvimento, a partir da abordagem territorial, pressupõe o atendimento das demandas levantadas pelo Conselho Territorial, constituído enquanto órgão responsável pela discussão das estratégias para a promoção de melhorias na qualidade de vida dos cidadãos e visando proporcionar uma maior participação da base social, no intuito de suprir a falta de instituições de articulação territorial entre atores públicos e sociais na determinação e discussão de políticas públicas, firmando-se enquanto instrumento de mobilização da sociedade, capaz de aprofundar a compreensão dos problemas regionais e em canais de comunicação com a administração pública.

O CODES SISAL visa à interlocução do Território com a administração pública, com um papel de apoio e de complementação das atividades dos órgãos públicos estaduais e federais no nível regional, ajudando na identificação das principais necessidades de atendimento e pretende ter papel de fiscalizador da qualidade dos serviços prestados pelas diferentes esferas públicas no Território e busca assegurar que as políticas públicas sejam construídas a partir destas demandas.

No início de suas atividades, segundo os participantes do processo, houve uma grande expectativa da força que esta entidade viria a representar frente à busca de soluções para os problemas do Território, conselheiros ressaltaram que os problemas econômicos se sobrepuseram nas discussões, devido às necessidades e carências na busca de emprego, renda, crédito e viabilidade econômica para projetos produtivos, apresentando-se como urgentes de solução, mas no decorrer das atividades esta percepção foi se modificando, como apontam

No início as discussões eram mais voltadas para o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, por que eram prementes, mas com o tempo aumenta as preocupações com a cultura, comunicação e a educação. Esta última de importância fundamental, pois o CODES não pode concordar com a educação que o Estado oferece (Representante de entidade do setor público).

Quando começou o foco era mais na agricultura, mas depois se percebeu a importância das outras discussões (Representante do setor público - Prefeitura Municipal).

Após a institucionalização enquanto Conselho Territorial apoiado pela SDT, todos os consultados afirmaram que as discussões eram mais voltadas à negociação dos recursos advindos do Programa de Apoio a Infra-estrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF) e continuaram com o foco no fortalecimento da agricultura familiar, mas com o tempo houve a compreensão de que um território não se desenvolve apenas com atividades produtivas, necessita de educação, de cultura, de comunicação democrática, de saúde, de infra-estrutura e da preservação do meio ambiente.

Alguns entrevistados apontaram que as discussões atraíam e atraem a atenção para a agricultura, devido à atuação prática, uma vez que a maioria das entidades representa a agricultura familiar e defende os seus interesses, já dispondo de um conhecimento

acumulado. Outros depoimentos destacam a dificuldade em contribuir para o debate com relação às questões que necessitam de um conhecimento mais aprofundado dos participantes referentes a outros eixos de desenvolvimento e a questão urbana, como aparecem nos depoimentos a seguir

As discussões puxam mais para a agricultura familiar e infra-estrutura do território, a questão da água, unidade de produção, de geração de renda. Acho que as pessoas têm mais conhecimentos e o que opinar, as questões que necessitam de conhecimento mais técnico o corpo tem dificuldade de contribuir, como educação e saúde; a impressão que fica é que não se aprofundam esses aspectos (Representante de entidade do setor público).

Historicamente o semi-árido trabalha com as adversidades e há a necessidade de afirmar um projeto de desenvolvimento sustentável, mas há uma crítica fraterna de que a agricultura tem a hegemonia dentro do conselho, de que é necessário ampliar os benefícios, para consolidar o projeto no âmbito do território e estar sempre buscando a ampliação do debate, muitas vezes o debate é engessado, é necessário descolar um pouco do conceito de desenvolvimento rural e pensar as políticas do ponto de vista urbano também. Está pecando muito em só pensar no rural, sem ampliar a discussão do plano diretor das cidades e as periferias que são esquecidas e enfrentam muitos problemas (Representante de entidade do movimento social).

A questão da democratização do acesso à terra fundamental no contexto do Território, não aparece como estratégica nas discussões do Conselho, mesmo por que não se tem a participação ativa dos movimentos sociais que representam esta luta, fato verificado na análise das pautas de reuniões e listas de frequência. Como justifica o depoimento a seguir

O CODES, só a partir de 2007, vem avançando com relação ao problema fundiário no que se refere a investimentos de infra-estrutura dos assentamentos, implantação de unidade de beneficiamento de produtos e liberação de alguns créditos e foi criado, inclusive, um grupo de trabalho de acesso à terra discutido no eixo agricultura familiar, mas o debate é muito tímido, alguns movimentos não têm participado do debate territorial. Continua fraco o debate da política de reforma agrária dentro do ambiente do CODES, devido à falta de participação dos movimentos ligados à luta pela terra, não por falta de estímulo dos dirigentes do CODES; mas por que movimentos que atuam no Território

como a CETA (Coordenadoria Estadual de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas) que possui assentamentos e acampamentos, o MST que tem acampamentos, as Associações Fundo de Pasto, a Pastoral Rural de Paulo Afonso, não participam do debate, acham que devem caminhar sozinhos (Assentado e representante de entidade do movimento social).

Em alguns depoimentos ficou explícita a necessidade de uma formação mais técnica para a elaboração de projetos e a carência de um corpo especializado para captar as demandas do território e transformá-las em projetos viáveis e que apontem para o longo prazo

Uma coisa é o debate, a articulação e a mobilização, outra é o desdobramento que tem que ter. Há uma carência de pessoas com conhecimentos sobre determinados assuntos, deixando a desejar, falta mais conhecimento técnico para fazer com que as coisas aconteçam, talvez uma câmara técnica remunerada para acompanhar os processos, para meter a mão na massa, ver o que necessita para implantar tal investimento; acompanhar as conquistas políticas, os encaminhamentos de pesquisas e buscar implantar unidade tal (Representante de entidade do setor público).

Não se faz capacitações aos dirigentes do CODES SISAL, o que dificulta a qualificação do trabalho, sempre se fala que é necessário um conhecimento mais especializado, mas isso não acontece (Representante do movimento social e integrante do Conselho de Administração do CODES SISAL).

Uma questão relevante levantada pelos integrantes do CODES SISAL é a auto-sustentação para o desenvolvimento das atividades, em várias pautas de reuniões verificamos que esta preocupação estava presente e se constitui em um entrave para a operacionalização dos seus objetivos, sendo necessária a criação de mecanismos para captar recursos e cobrir as despesas correntes. Essa preocupação foi levantada nos depoimentos

O CODES desde o princípio trabalha visando o desenvolvimento sustentável da região do semi-árido, mas ele próprio não tem sustentabilidade. O CODES precisa de uma forma de financiamento, o Estado não cumpre este papel, as prefeituras poderiam através de um consórcio criar uma carteira de financiamento e o próprio Conselho buscar uma base de sustentação, captando recursos externos. Dentro do CODES há o compromisso heróico de alguns

companheiros, mas é preciso uma base de sustentação própria (Representante de instituição pública).

O problema maior do CODES é a dificuldade financeira, não tem recursos para acompanhar os projetos, para contratar técnicos e projetistas para elaborá-los, se tivesse, haveria alguém responsável e melhoraria a qualidade dos mesmos (Representante de Prefeitura Municipal).

O Conselho é composto por entidades/ instituições da sociedade civil organizada e públicas que representam entidades urbanas, rádios comunitárias, movimento de mulheres, escolas família agrícola, agricultores familiares, sindicatos de trabalhadores do serviço público federal, de trabalhadores das indústrias, órgãos federais, órgãos estaduais, cooperativas de apicultores, de beneficiamento e comercialização de caprinos, de produção, universidade, organizações que prestam assistência técnica e consultoria e prefeituras.

Para os conselheiros consultados é unânime que o Conselho representa parcela significativa da sociedade, contudo foi ressaltado que seria necessário ampliar a participação porque nem todas as representações de agricultores, trabalhadores, igrejas, comércio e indústrias existentes no Território estão contribuindo para o debate do desenvolvimento sustentável e mesmo muitas que se encontram presentes tem uma atuação tímida e sem o compromisso de freqüentar assiduamente as reuniões, portanto, sem uma intervenção ativa que contribua para a discussão de alternativas para a transformação social.

Outro fato apontado, é que falta continuidade das representações legalmente constituídas, a presença destes representantes muitas vezes é caracterizada pela rotatividade no comparecimento das atividades o que dificulta o entendimento dos encaminhamentos que são dados nas reuniões do Conselho, como comprovam as listas de presenças analisadas e depoimentos, como a seguir: “o CODES é representativo, o que falta é o compromisso, assiduidade, falta uma continuidade e menor rotatividade de representantes das entidades. O titular é fixo, mas manda pessoas diferentes para representá-las” (Representante de instituição pública).

A abertura para novas entidades/instituições é disponibilizada, como todos os entrevistados ressaltaram, entretanto a presença das entidades do movimento social ligadas ao fortalecimento da agricultura familiar é mais freqüente. Foi apontado que representantes de entidades patronais não participam, não por falta de abertura, uma vez que são convidados, mas por considerar o ambiente contrário aos seus

interesses, já que se busca as melhorias nas relações de trabalho e garantia de direitos. Para o Secretário Executivo do Conselho

A participação é importante de todo o segmento comprometido com o processo de desenvolvimento, como Clube de Diretores Lojistas, ou outras organizações de indústrias e comércio que dariam outra cara ao Conselho, acho que contribuiriam mais do que interfeririam e o processo se tornaria mais amplo. O conselho está aberto para todas as organizações, buscando sempre o diálogo, mas estes setores não se interessam em participar. A agricultura familiar acaba sendo o eixo principal por que reflete no comércio e em outros setores; se parar a agricultura familiar pára o comércio e a indústria (Secretario Executivo do CODES SISAL).

A presença dos atores públicos foi verificada a partir da análise das listas de frequência às reuniões disponibilizadas, onde ficou constatado que a participação das prefeituras municipais de um percentual aproximado de 40% do total de vinte municípios, o que demonstra que o poder público pouco a pouco começa a se sensibilizar para impulsionar o desenvolvimento territorial.

Representantes de prefeituras ressaltaram que há um grau muito grande de concorrência pela utilização das verbas que são escassas e que demandam um longo processo burocrático para a implantação, inclusive, as contrapartidas exigidas são consideradas como desestímulo. As prefeituras consultadas afirmam que muitas vezes não têm condições financeiras de arcarem com mais despesas, o que impede a contratação dos projetos. Outro fato evidenciado pelos entrevistados, é que da proposição do projeto até a sua execução se efetiva um longo procedimento de adequação a critérios legais, que foi ressaltado como um fator que dificulta o processo e que impossibilita a rapidez na execução das ações, para que possa gerar os frutos desejados.

Desde a sua formação o CODES SISAL tem o papel fundamental na indicação das prioridades para o Território, no fomento dos debates para a melhoria das condições socioeconômicas dos agricultores familiares e nas negociações para a aplicação de investimentos do PROINF e outros recursos disponibilizados pelo Governo Federal e Estadual. Porém, os depoimentos evidenciam uma falha no controle dos processos e há falta de comunicação das ações empreendidas, a grande maioria dos entrevistados não soube apontar projetos advindos de recursos do PROINF colocados em prática, ou outra atuação do Conselho, que esteja gerando efeitos multiplicadores

de melhorias das condições sociais. Reconhecem que o processo de formação, capacitação, educação do campo, estímulo ao cooperativismo e ao associativismo, assim como alternativas de convivência com a seca tem avançado em muito e são freqüentes os debates, seminários e oficinas, mas quando se parte para ações concretas intermediadas pelo Conselho não souberam identificá-las. Conforme a seguir

O CODES não tem condições de acompanhar e avaliar todos os projetos, cada pessoa tem que ter consciência para tentar fiscalizar e acompanhar os projetos em seus municípios [...] Acho que até hoje nada do que foi aprovado para Serrinha colocou-se em prática, houve um projeto de criação de galinha caipira e da escola família agrícola, que o dinheiro veio e retornou por causa da inadimplência do prefeito (Representante do movimento social).

Nunca teve avaliação de projetos, mesmo porque não tem nada implantado, ficou definido que a partir de 2009 seriam feitas avaliações da execução dos projetos (Representante do poder público – Prefeitura Municipal).

Para muitos conselheiros o processo de discussão e negociação dos investimentos não garantem a concretização dos projetos, por depender da gestão pública para a implementação, há a frustração dos movimentos sociais que lutam para pleitear ações articuladas e que garantam o acesso da maioria da população e vêm os recursos devolvidos por não haver a devida contratação, em função da falta de disposição dos órgãos proponentes em garantir as condições necessárias como documentos, certidões, enfim, cumprir as exigências legais para a efetivação. O depoimento a seguir demonstra bem como o problema aparece e se mantém

A Abordagem é recente, ainda não tem um caráter claro para o poder público dessa nova ação da sociedade civil na definição de políticas públicas e a sociedade civil não tem um papel claro da sua participação dentro do Estado. O Conselho territorial é algo de novo, os prefeitos estão acostumados a fazer a gestão junto aos deputados. Os recursos do PROINF são apenas atrativos e muito pouco para negociar, o tempo de gestão do prefeito é diferente para a construção da política pública participativa, que demanda discussão e tempo de implantação (Representante de instituição pública).

O CODES SISAL carece de reconhecimento frente às instituições públicas que atuam no Território, pode-se constatar que há

uma aproximação maior com aquelas que fomentam a agricultura familiar, que afirmaram que princípios do Plano já constam na implementação de suas ações, inclusive com determinações de instâncias superiores quanto ao seu atendimento, mas necessita de ações mais concretas nas áreas de saúde, educação, capacitação profissional e gerenciamento de empreendimentos. Outra dificuldade levantada pelas instituições públicas de apoio é que a delimitação da área de atuação não coincide com os recortes territoriais o que acaba propiciando uma dispersão das ações e esforços que poderiam ser mais focados no território e, portanto, facilitaria, também, o controle social. Apesar da ressalva de que o Governo do Estado, assim como os dirigentes dos órgãos públicos, estão preconizando o atendimento das demandas levantadas no ambiente de participação, como cada agência do setor público segue sua regionalização fica difícil o foco na problemática do território e dos municípios que o compõem, como fica evidente com os depoimentos a seguir

A gerência da CAR acompanha 30 municípios de três territórios diferentes, Bacia do Jacuípe, Litoral Norte e Sisal o que dificulta o processo, o ideal seria que cada território tivesse a sua gerência, pois há uma dispersão de energias, o sentimento da CAR é que o governo do Estado integre as suas agências ao recorte territorial (Dirigente da CAR, sede município de Serrinha/BA).

[...] para o Estado precisa haver uma adequação a esta nova realidade na estrutura administrativa, a DIREC 12, por exemplo, tem municípios de três territórios diferentes, como adequar as políticas públicas do território à administração do Estado? Estamos, ainda, em fase de transição, mas acho que é a melhor forma para o atendimento à população (Dirigente da DIREC 12, sede município de Serrinha/BA).

O que se evidencia é que a administração pública, seja estadual ou municipal, no Território internalizou a importância da participação social e da consulta a conselhos seja municipais ou territoriais, mas ainda necessitam de ações práticas neste sentido. As discussões se acentuam, todas as instituições de apoio afirmaram que na medida do possível há o atendimento das demandas e estão presentes no debate, mas modificações institucionais, ainda, precisam ser promovidas.

Neste sentido, a gestão do desenvolvimento territorial é processual e muito recente para se determinar metodologias que venham a surtir efeitos em termos de ações concretas, mas já se

apresenta um cenário que indica pistas para a superação dos seus limites.

Considerações finais

Essa nova formatação das políticas públicas oportuniza aos territórios considerados rurais uma visibilidade para as suas especificidades, as demandas que são priorizadas procuram viabilizar a agricultura familiar, contrariando, o que sempre ocorreu no histórico do investimento público que é o benefício aos grandes produtores rurais. Mesmo que para alguns teóricos seja necessário mais do que políticas de incentivo para este setor, que é limitado para promover práticas inovadoras que venham a impulsionar o desenvolvimento pode-se afirmar que o resultado de um maior investimento para esse segmento provavelmente melhorará as condições de vida de milhares de pessoas.

O Território do Sisal revela aspectos pragmáticos de sua realidade. Historicamente, desde sua formação aponta características marcantes do processo de colonização brasileira, não foge a regra dos problemas, como: a concentração de terras, a desigualdade social, altos índices de analfabetismo, populações que estão distantes da cidadania e para piorar enfrentam condições adversas da natureza, porém, a própria dificuldade de condição material impulsiona o desejo de mudança e marca a sua caminhada em busca da cooperação.

O histórico de lutas no combate as mutilações do sisal, na mobilização contra o trabalho infantil, a difícil convivência com a seca, a falta de investimentos públicos, propiciaram uma identidade, uma coesão social, a organização está presente e já desfruta alguns frutos, como as inúmeras associações, cooperativas de produção, coletivos de jovens, sindicatos, cooperativas de crédito e conselhos, que apesar das dificuldades encontradas no caminho, estão conseguindo imprimir outra configuração ao semi-árido.

O CODES SISAL é resultado de todo esse processo de luta e tem papel importantíssimo na articulação entre os atores públicos e entidades da sociedade civil, com o desafio de proporcionar visibilidade à agricultura familiar e promover o desenvolvimento com a potencialização dos recursos endógenos, se caracteriza pela participação de amplos setores da sociedade e não se descarta aqui o conflito de interesse e as relações de poder que permeiam o ambiente territorial. O seu grande avanço é que os representantes da sociedade civil não fazem parte de uma elite que, historicamente, sempre teve o acesso mais fácil para o atendimento de seus interesses, o que se vê são

lideranças populares, construídas e legitimadas ao longo do tempo, que possuem uma história de mobilização e de lutas e se encontram em permanente busca no sentido de interferir nas políticas públicas e fazer valer os seus princípios.

A efetivação da participação depende, pois, da pactuação dos participantes, da articulação dos diferentes atores, do reconhecimento do Conselho enquanto representação dos municípios e da qualidade desta participação.

Percebe-se com a análise do CODES SISAL, no que diz respeito às dificuldades burocráticas na implementação de projetos pelos proponentes, a falta de transparência das ações dos gestores públicos e a inexistência de mecanismos de controle dos processos de implementação das políticas, que dificultam o monitoramento e avaliação, mas não são impedimentos para que o Conselho busque alternativas para a sua superação como abrir mais o diálogo, buscar a transparência, explicitar os problemas, cada vez mais divulgar o seu importante papel e até mesmo buscar formas para modificar a condução da política para a possibilidade de entidades da sociedade civil serem proponentes de projetos de investimentos, deixando de ser apenas de responsabilidade das prefeituras.

Foi verificado uma certa dificuldade operacional para desenvolver as atividades do Conselho e uma insuficiência técnica para aperfeiçoar os instrumentos de gestão, uma reclamação de vários conselheiros foi a grande quantidade de reuniões, em curto espaço de tempo e sem a verificação de andamento de projetos. Algumas medidas que ajudariam o desenvolvimento das ações:

- aproveitar o apoio de algumas prefeituras mais participativas para o convencimento de outras que estão mais distante do processo;
- definir uma agenda para cada três meses, mais concisa e com clareza de propósitos, porque assim os conselheiros fariam um planejamento antecipado;
- aperfeiçoar os instrumentos de comunicação para que todos fiquem sabendo as ações do Conselho, o andamento de projetos, as dificuldades, as definições do Plano de Desenvolvimento, o que está sendo encaminhado, o que precisa ser estimulado, de forma que todos tenham um amplo conhecimento do que está ocorrendo;
- além do Presidente e do Secretário Executivo, outros conselheiros deveriam assumir responsabilidades e contribuir de forma mais efetiva, buscando parcerias para a implantação de projetos e fazendo a articulação entre si, objetivando a construção políticas territoriais e não apenas setoriais.

Cunha e Cunha (2000) citam a capacidade técnica para aperfeiçoar os instrumentos de gestão, a formação e capacitação dos recursos humanos, aumento da capacidade de mobilização de recursos públicos e habilidades gerenciais como desafios para a participação. No contexto do Território do Sisal esses aspectos se sobressaem e esse leque de habilidades precisa ser desenvolvido para um melhor encaminhamento operacional das atividades do Conselho.

A tradição associativa e cooperativa o Território já dispõe e prova disto é a composição do Conselho com entidades de caráter regional que já fazem a articulação entre si e criam redes de compromissos na busca pela melhoria da qualidade de vida. Portanto, cabe a participação ampla da sociedade civil organizada exigindo o estabelecimento de novas atitudes e a atuação dos gestores públicos enquanto parceiros para propiciar modificações estruturais para a superação da desigualdade social.

Referências

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: _____. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 83-100.

_____. Conselhos além dos limites. In: Seminário Desenvolvimento Local e Conselhos Municipais de Desenvolvimento rural. **Anais...** Porto Alegre: EMATER/RS, FETAG/RS, 2001.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. **Território do Sisal – Bahia**. Brasília, 2007.

_____. **Referências para a Gestão Social de Territórios Rurais**. Brasília, DF, 2005b. 31p.

CARRIÈRE, J.; CAZELLA, A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. **Eisforia**, vol. 4, n° especial, 2003, p. 23-47.

CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SISALEIRA DO ESTADO DA BAHIA. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sisal**. Valente, 2007.

CUNHA, E. P.; CUNHA, E. S. M. Políticas Públicas Sociais. In: CARVALHO, A. et al. **Políticas Públicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2000, p. 12 - 24.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M.; BECKER, B. K. (orgs.) **Território, territórios. Ensaio sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2007, p. 43-71.

PECQUEUR, B. O Desenvolvimento Territorial: Uma Nova Abordagem dos Processos de Desenvolvimento para as Economias do Sul. **Raízes**, Campina Grande, Vol. 24, n^os 01 e 02, jan/dez, 2005, p.10 - 22.

SANTOS, M. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2002.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções sobre território**. 1^a Ed., São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SILVA, S. B. M.; SILVA, B. C. N. Reinventando o Território: tradição e mudança na região do sisal – Bahia. In: SILVA, S. B. M., SILVA, B. C. N. **Estudos sobre Globalização, Território e Bahia**. 2. Ed. Salvador: UFBA. Mestrado em Geografia, Departamento de Geografia, 2006, p.161-183.

SOUZA, M. J. L. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de et al. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p.77- 115.

TONNEAU, J. P.; CUNHA, L. H. Pesquisas em Desenvolvimento Territorial no Semi-Árido. **Raízes**, Campina Grande, Vol 24, n^o 01 e 02, jan/dez, 2005, p.45-53.

ZAPATA, T.; AMORIM, M.; ARNS, P. C. **Desenvolvimento Territorial à Distância**. Florianópolis: SEaD/ UFSC, 2007.